

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
Capítulo I	
¿PRESUPUESTOS PROCESALES? ADMISIBILIDAD Y FUNDABILIDAD EN LA DOGMÁTICA PROCESAL CIVIL ALEMANA: REVISIÓN CONTEMPORÁNEA	21
<i>Alvaro Pérez Ragone</i>	
I. Introducción	21
II. Antecedentes de la discusión en la dogmática procesal alemana del siglo XIX	22
III. Nociones, términos y clasificaciones: lo difuso de la claridad en torno a los “presupuestos procesales”	26
IV. El proceso civil y las bases constitucionales de la relación demandante-demando-tribunal	27
V. Rol e importancia de los requisitos procesales en una visión contemporánea desde el proceso civil alemán	28
VI. Las características del juicio de admisibilidad	31
VII. Crítica contemporánea a la teoría de los presupuestos procesales	35
VIII. Conclusiones	43
Capítulo II	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO PROCESSUAL DO DUPLO GRAU	45
<i>Ana Cândida Menezes Marcato</i>	
1. Introdução	45
2. Princípios	45
2.1. Conceituações	45
2.2. Diferenciação básica entre princípios e regras	47
2.3. Princípios processuais	51
2.3.1. Princípios gerais	51
2.3.2. Princípios constitucionais	53
3. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	56
3.1. Conceito	56
3.2. O duplo grau como princípio e garantia constitucional	59
3.3. Duplo grau como princípio – desdobramentos práticos	63
Capítulo III	
O PROCESSO JUDICIAL COMO ELEMENTO INTEGRATIVO DO DIREITO LITIGIOSO	67
<i>Antonio Adonias Aguiar Bastos</i>	
1. Introdução	67

2. Compreensão, interpretação e aplicação à luz da hermenêutica fenomenológica.....	69
3. O Direito como ação comunicativa e a contribuição da teoria dos sistemas	73
4. O processo judicial como elemento integrativo do Direito.....	80
5. Conflitos entre princípios. Insuficiência do modelo metodológico tradicional	88
6. Conclusão.....	91
Referências.....	91

Capítulo IV

INTERESSE AD AGIRE E ‘ZONE DI INTERESSE’	95
---	-----------

Antonio do Passo Cabral

1. Condizioni dell’azione e diritto materiale.....	95
2. Interesse ad agire tra passato e presente: dal bisogno di tutela alle zone d’interesse.....	97
2.1. Interesse ad agire: necessità, adeguazione o utilità?.....	98
2.2. Da avversari a co-giocatori: soluzioni cooperative, richieste congiunte, interessi simultaneamente contrapposti e comuni.....	101
2.3. L’interesse giuridico degli intervenuti e i soggetti “disinteressati”. L’attuazione imparziale basata sull’interesse pubblico.....	102
2.4. I problemi della teoria tradizionale sull’interesse ad agire	103
2.5. L’insufficienza dell’interesse ad agire nella disciplina degli interventi di terzi.....	106
2.6. Zone d’interesse	108
2.6.1. Segue. Applicazioni nella tutela di accertamento. Le Vorfragen....	110
2.6.2. Segue. Altre applicazioni delle zone d’interesse. Diritti condizionati, fattispecie di formazione progressiva, procedimenti probatori senza periculum in mora, indefinizione soggettiva, ecc.....	115
3. Breve conclusione	116

Capítulo V

ESBOÇO DE UMA TEORIA PROCESSUAL DO DIREITO.....	117
--	------------

Darci Guimarães Ribeiro

1. Necessidade, bem e interesse	117
2. Conflito de interesses	125
3. Direito objetivo	129
4. Dupla função do ordenamento jurídico.....	130
4.1. Função psicológica.....	130
4.2. Função judicial.....	136

Capítulo VI

TEORIA DO PROCESSO E DISCURSO NORMATIVO: DIGRESSÕES DEMOCRÁTICAS.....	137
--	------------

Dhenis Cruz Madeira

SUMÁRIO

1. Considerações iniciais.....	137
2. O espaço do soberano e sua incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito	138
3. A Constituição como expressão normativo-política	141
4. As normas constitucionais como demarcadoras do discurso jurídico.....	144
5. O Estado Democrático de Direito: uma escolha brasileira	148
6. A Teoria do Processo como <i>medium</i> lingüístico do discurso normativo.....	149
7. Considerações finais.....	156

Capítulo VII

POR UM PARADIGMA DEMOCRÁTICO DE PROCESSO 159

Dierle José Coelho Nunes

Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia

1. Discussões iniciais	159
2. A questão da oralidade	167
3. A atualização dos profissionais – sua formação continuada	169
4. A questão das rotinas administrativas e da gestão processual.....	170
5. Considerações finais.....	176
Referência Bibliográfica	177

Capítulo VIII

CRÍTICA À RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA 181

Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa

1. Introdução	181
2. Fundamento político e função da coisa julgada	182
3. O “status” constitucional da coisa julgada e o alcance do artigo 5º, XXXVI, da Constituição da República.....	184
4. “Relativização” da coisa julgada.....	187
5. “Coisa julgada inconstitucional”.....	197
6. Tentativas de relativização da coisa julgada	208
6.1. Ampliação das hipóteses de rescisão das decisões com trânsito em julgado.....	208
6.2. Arguição da inconstitucionalidade da decisão em impugnação (art. 475-L, § 1º, do CPC) ou embargos à execução (art. 741, Parágrafo único, do CPC).....	210
7. Conclusão.....	214

Capítulo IX

UMA ARQUEOLOGIA DAS CIÊNCIAS DOGMÁTICAS DO PROCESSO 215

Eduardo José da Fonseca Costa

1. Introdução	215
2. Analítica Processual Civil.....	217
3. A Hermenêutica Processual Civil.....	221
4. A Pragmática Processual Civil	227

5. A Pragmática Processual Construtiva	229
6. A Pragmática Processual Compreensiva	232
7. A Pragmática Processual Acional.....	235
8. Conclusão.....	239
Bibliografia	240

Capítulo X

NULIDADES E MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO	243
--	------------

Flaviane de Magalhães Barros

Introdução	243
1. A compreensão da relação entre Constituição e processo a partir da noção de modelo constitucional de processo	244
2. Por uma teoria das nulidades adequada ao modelo constitucional de processo	246
3. Por uma interpretação constitucionalmente adequada do interrogatório por videoconferência definido pela lei 11.900/2009	250
Conclusão.....	254
Referências bibliográficas.....	256

Capítulo XI

TEORIA DO PROCESSO E TEORIA DO DIREITO: O NEOPROCESSUALISMO.....	257
---	------------

Fredie Didier Jr.

Capítulo XII

EFICÁCIA SOBREPRINCIPAL DO DEVIDO PROCESSO JURÍDICO PROCEDIMENTAL (PERSPECTIVA ANALÍTICO-FUNCIONAL)	265
--	------------

Gabriel Pintaúde

Introdução	265
I. <i>Substantive due process e procedural due process</i>	270
II. Subprincípios constitucionais (in)formadores do <i>due process of law</i>	276
III. Devido processo jurídico procedimental como sobreprincípio constitucional e a rearticulação eficaz.....	284
IV. Casos do Supremo Tribunal Federal	289
Conclusões	292

Capítulo XIII

BASES PARA UMA ATUAL TEORIA GERAL DO PROCESSO: AS TÉCNICAS PROCESSUAIS A SERVIÇO DO ACESSO À JUSTIÇA COMO TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA	297
--	------------

Gisele Santos Fernandes Góes

Capítulo XV

SIR EDWARD COKE E O JUDICIAL REVIEW INGLÊS: BREVE HISTÓRIA	307
---	------------

Gustavo Santana Nogueira

SUMÁRIO

1. Introdução	307
2. <i>Sir Edward Coke e o Bonham's Case</i>	308
3. <i>Judicial Review</i> no direito inglês e norte-americano	319
4. Conclusões	322
5. Bibliografia.....	323

Capítulo XVI

A CLÁUSULA DA ORDEM PÚBLICA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL E NO DIREITO COLISIONAL – SUA RELEVÂNCIA E SEU FUTURO NO DIREITO INTERNACIONAL	325
--	------------

Hartmut-Emanuel Kayser

1. O conceito da ordem pública	325
2. Âmbito de aplicação no direito internacional privado e no direito processual civil internacional.....	326
3. Finalidade da cláusula.....	327
4. A cláusula da ordem pública no Direito Processual Civil Internacional e no Direito Colisional – <i>pressupostos fáticos</i> e conseqüências jurídicas	329
5. A cláusula da ordem pública na jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e do Superior Tribunal de Justiça da Alemanha	330
6. Crítica na literatura.....	332
7. Considerações político-jurídicas e conclusão	336

Capítulo XVII

AS SITUAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS E O PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO	339
--	------------

Helena Abdo

1. Introdução	339
2. As teorias sobre a natureza jurídica do processo e a origem do estudo acerca das situações jurídicas subjetivas processuais.....	340
3. As situações subjetivas processuais em sua concepção atual	344
4. Projeções práticas do estudo das situações subjetivas processuais.....	350

Capítulo XVIII

O QUE É “DEVIDO PROCESSO LEGAL”?.....	353
--	------------

Humberto Ávila

Introdução	353
1. A instituição de princípios e suas implicações.....	353
1.1. O dever de realização dos princípios	353
1.2. O dever de proteção da realização dos princípios.....	356
2. A previsão do “devido processo legal” e seu significado.....	358
2.1. “Devido processo legal substancial”.....	358
2.2. “Devido processo legal procedimental”.....	359
Conclusão.....	361

Capítulo XIX	
A MEDIAÇÃO E A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS	
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. O “JUIZ HERMES”	
E A NOVA DIMENSÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL.....	363
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
<i>Karol Araújo Durço</i>	
Bibliografia	389
Capítulo XX	
O NEOPRIVATISMO NO PROCESSO CIVIL	393
<i>José Carlos Barbosa Moreira</i>	
Capítulo XXI	
OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO: REFLEXÕES SOBRE O TEMA	405
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1. A cognição judicial e a formação dos procedimentos.....	405
2. O objeto litigioso e sua ligação com o estudo das questões, da preclusão, da coisa julgada e da declaração incidente.....	408
3. Objeto litigioso e o conceito de mérito	419
Capítulo XXII	
A INFLUÊNCIA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO	
NO RAMO PROCESSUAL: NEOPROCESSUALISMO OU PROCESSO	
CONSTITUCIONAL? INDEPENDENTE DA NOMENCLATURA	
ADOTADA, UMA REALIDADE INQUESTIONÁVEL.....	427
<i>José Herval Sampaio Júnior</i>	
1. Delimitação do tema e considerações iniciais sobre a constitucionalização do direito	427
2. Neoprocessualismo: compreensão hodierna.	430
3. A Jurisdição como protetora dos direitos no caso em concreto	433
4. O modelo constitucional de processo e as garantias constitucionais processuais.....	436
5. Peculiaridades de cada ramo processual e sua relação com as garantias constitucionais processuais.....	443
6. Processo Constitucional como método hodierno de trabalho dos processualistas	448
Conclusões	453
Referências.....	454
Capítulo XXIII	
LA EXCEPCIÓN DE TRANSACCIÓN Y OTRAS CUESTIONES	
PROCESALES (APUNTES SOBRE LA SENTENCIA EXPEDIDA	
EN VIRTUD DEL PRIMER PLENO CASATORIO EN MATERIA CIVIL).....	457
<i>Juan Monroy Palacios</i>	

SUMÁRIO

1. Impossibilidade de resolver la cuestión casatoria a partir del art. 453	458
2. La presunta inconstitucionalidad del art. 400 CPC	460
3. Aspectos críticos de la decisión suprema.....	462
3.1. Una contradicción insuperable.....	462
3.2. ¿Quién puede ser titular de una demanda indemnizatoria por daño ambiental?.....	463
3.3. Una interpretación innecesariamente forzada.....	464
3.4. ¿Qué remedios existen contra una transacción?	466

Capítulo XXIV

CONCEITO E FUNDAMENTO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS 469

Leonardo José Carneiro da Cunha

1. Conceito de <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	469
2. Requisitos para que se produza a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	472
3. O momento determinante da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	475
4. Cessaçãõ da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	476
5. Conteúdo da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	478
5.1. Estado de fato.....	479
5.2. Estado de direito	481
6. Fundamento da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	483
6.1. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e a segurança jurídica.....	484
6.2. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e a garantia do juiz natural.....	488
6.3. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e o princípio da economia processual.....	493
6.4. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e o princípio da duração razoável	494
7. Nota conclusiva sobre o conceito e o fundamento da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	497

Capítulo XXV

DIREITO PROCESSUAL PENAL: NOVAS ORIENTAÇÕES 499

Lorenzo M. Bujosa Vadell

1. Introdução	499
2. Constitucionalização	500
2.1. As garantias constitucionais do processo penal: algumas insuficiências da lei processual.....	501
2.2. O problema do acusatório no processo espanhol e a eterna? reforma do processo penal	504
2.3. As vias excepcionais: um processo penal do inimigo?.....	507
3. Internacionalização	509
3.1. A internacionalização das garantias	509
3.2. A internacionalização dos tribunais	511
3.3. A relativização do julgado interno	512
3.4. O espaço judiciário europeu.....	512
3.4.1. A aproximação legislativa: em direcção ao processo penal europeu?	514

3.4.2. O reconhecimento mútuo de resoluções penais em Europa	515
4. Justiça restaurativa e desjudicialização	517
4.1. O princípio da oportunidade no processo penal	518
4.2. A mediação penal	519
4.3. Particular referencia ao processo penal do menor	521
5. O eterno? Problema da eficácia do processo penal	522

Capítulo XXVI

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PRINCÍPIO DA PROIBIDADE NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	525
--	------------

Lúcio Grassi de Gouveia

Introdução	525
1. O dever de proibidade no processo civil.	526
2. A variedade de sanções punitivas no ordenamento jurídico brasileiro	529
Conclusão.....	530
Referências.....	530

Capítulo XIV

APROXIMAÇÃO CRÍTICA ENTRE AS JURISDIÇÕES DE CIVIL LAW E DE COMMON LAW E A NECESSIDADE DE RESPEITO AOS PRECEDENTES NO BRASIL	533
--	------------

Luiz Guilherme Marinoni

1. Introdução	533
2. O <i>common law</i> : as teorias declaratória e constitutiva da jurisdição	534
3. <i>Common law</i> e <i>stare decisis</i>	539
4. Criação judicial do direito em virtude da omissão do legislativo?	540
5. Criação judicial do direito como consequência do <i>stare decisis</i> ?	541
6. Verdadeiro significado da <i>law-making authority</i>	542
7. Da “ <i>supremacy of the English parliament</i> ” ao “ <i>judicial review</i> ” estadunidense... ..	544
8. Um esclarecimento: os diferentes significados de “supremacia do parlamento” na Inglaterra e na França	548
9. A superação do jusnaturalismo racionalista pelo positivismo e as concepções de juiz <i>make law</i> e de juiz <i>bouche de la loi</i>	550
10. O juiz como “ <i>bouche de la loi</i> ”	551
11. O problema da interpretação da lei no <i>civil law</i>	555
12. A certeza jurídica como garantia da segurança	558
13. O individualismo do juiz do <i>civil law</i>	559
14. O impacto do constitucionalismo no <i>civil law</i>	561
15. O controle da constitucionalidade da lei no Brasil.....	565
16. A adoção do sistema de controle difuso da constitucionalidade e a imprescindibilidade do <i>stare decisis</i>	567
17. O juiz diante dos conceitos indeterminados e das regras abertas.....	575
18. <i>Judge make law</i> e decisão judicial, na ausência de lei, na <i>civil law</i>	578
19. O Superior Tribunal de Justiça e a uniformidade da interpretação do direito federal.....	584

SUMÁRIO

20. A aproximação entre os sistemas do <i>civil law</i> e do <i>common law</i> e a imprescindibilidade de respeito aos precedentes no direito brasileiro	586
---	-----

Capítulo XXVII

ESTUDO SISTEMÁTICO DO OBJETO E DAS FONTES

DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	589
---	------------

Mantovanni Colares Cavalcante

1. O Direito como ciência da compreensão	589
2. Objeto do Direito Processual Civil	590
3. Fontes do Direito Processual Civil.....	595
3.1. A Constituição Federal.....	596
3.2. O Código de Processo Civil.....	599
3.3. As leis processuais	602
3.4. A analogia	603
3.5. Os costumes	605
3.6. Os princípios gerais de Direito	607
3.7. A jurisprudência.....	608
3.8. A doutrina.....	610
Bibliografia	611

Capítulo XXVIII

**CONTRIBUIÇÕES PARA UMA TEORIA DISCURSIVA
DA CONSTITUIÇÃO E DO PROCESSO**

CONSTITUCIONAL A PARTIR DO CASO BRASILEIRO	615
---	------------

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira

Referências bibliográficas.....	642
---------------------------------	-----

Capítulo XXIX

**IL DIVIETO DI MENZOGNA E DI RETICENZA PROCESSUALE DELLE
PARTI NELLA DOTTRINA E NELLA GIURISPRUDENZA ITALIANA**

.....	645
--------------	------------

Marco Gradi

1. La <i>communis opinio</i> della dottrina intorno all'obbligo di verità e completezza delle parti	645
2. La dottrina favorevole al riconoscimento dell'obbligo <i>de veritate</i> delle parti...	647
3. L'esame della giurisprudenza in tema di mala fede processuale	650
4. L'esame della giurisprudenza in tema di dolo revocatorio	654
5. Conclusioni	657

Capítulo XXX

IL GIUDICE NATURALE PRINCIPIO

FONDAMENTALE A LIVELLO EUROPEO	659
---	------------

Nicola Picardi

I. Alle origini della nozione di giudice naturale.....	659
II. Le variabili nella tradizione giuridica europea.....	669
III. Il giudice naturale, principio fondamentale a livello europeo.....	691

Capítulo XXXI	
STATUTORY LAW AND THE JUDICIAL FUNCTION	701
<i>Oskar Bulow</i>	
Preface.....	701
I. The Relationship Between Statute and Judicial Decision.....	704
II. Differences Between Legislative and Judicial Legal Determinations	707
III. The Law-Creating Task of the Judiciary in the History of Law.....	709
IV. The Judicial Law Within Today's Statutory Law.....	714
V. Closing Considerations	720
Capítulo XXXII	
O MANTO DIÁFANO DA PERSONALIDADE JUDICIÁRIA.....	723
<i>Paula Costa e Silva</i>	
1. A homenagem.....	723
2. Observações gerais.....	724
3. Dr Jeckill e Mr. Hide: quem é quem e quem fica vinculado ao quê?.....	729
4. O caso particular das sucursais, agências, filiais, delegações e representações.	741
5. A sanção da falta de personalidade judiciária das sucursais, agências, filiais, del- egações e representações.....	746
6. Balanço final.....	748
Capítulo XXXIII	
SITUAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS.....	749
<i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>	
1. Introdução	749
2. Noções preliminares: norma, fato jurídico e eficácia jurídica.....	749
3. As situações jurídicas.....	752
4. A situação jurídica como conceito lógico-jurídico.....	753
5. Tipologia das situações jurídicas.....	754
6. O transporte do conceito de situação jurídica para o direito processual	756
7. O fato jurídico processual e as situações jurídicas processuais	757
7.1. Qualidades processuais	762
7.2. Poderes processuais	762
7.3. Relações jurídicas processuais.....	764
7.3.1. Objeções à noção de processo como relação jurídica processual	765
7.3.2. Análise crítica.....	766
8. Conclusão.....	767
Bibliografia	768
Capítulo XXXIV	
PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA TUTELA COLETIVA. A CONTRI- BUIÇÃO DA FILOSOFIA POLÍTICA A PARTIR DE HANNAH ARENDT	771
<i>Rafael Felgueiras Rolo</i>	

SUMÁRIO

1. Introdução	771
2. O processo como ambiente político. O Acesso à Justiça. Filosofia-Política segundo Hannah Arendt.....	773
2.1. Considerações iniciais.....	773
2.2. O Conceito de Política. Repúdio à relação entre meios e fins	773
2.3. A separação entre política e filosofia. Distinções entre <i>práxis</i> e <i>teoria</i> e a legitimação da teoria da relação entre meios e fins após a morte de Sócrates.....	775
2.4. A democratização do ambiente político	776
2.5. Processo coletivo e a função política da jurisdição	779
3. Pressupostos processuais coletivos. Críticas.....	781
3.1. Considerações iniciais.....	781
3.2. “Pressupostos processuais” específicos das ações coletivas	781
3.3. Natureza Jurídica dos <i>Prerequisites</i> da <i>Rule 23(a)</i> , segundo a teoria do fato jurídico.....	783
3.3.1. Pressupostos processuais de existência. <i>Numerosity</i> e <i>Common Question</i>	783
3.3.2. Requisito processual de validade – Adequada Representação	785
3.3.3. Tipicidade – Requisito de validade da adequada representação.....	788
3.4. Função das hipóteses de cabimento da <i>Rule 23(b)</i> para o entendimento da classificação do art. 81, parágrafo único do CDC.....	789
4. Conclusão.....	793

Capítulo XXXV

**NOTAS ACERCA DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

<i>Robson Renault Godinho</i>	
1. Introdução	795
2. Capacidade postulatória e pressupostos processuais.....	798
3. A capacidade postulatória do Ministério Público para suas atividades finalísticas.....	802
4. A capacidade postulatória do Ministério Público para a defesa de suas prerrogativas	809
5. Considerações finais.....	813

Capítulo XXXVI

**A VERDADE COMO OBJETIVO
DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....**

<i>Soraya Gasparetto Lunardi</i> <i>Dimitri Dimoulis</i>	
1. Introdução	815
2. A certeza do julgador e sua irrelevância filosófica.....	817
3. Teses (necessárias e controvertidas) sobre a formação do conhecimento.....	818
4. Limitações do processo probatório e o problema filosófico da verdade	820

5. A verdade como pressuposto da atividade probatória.....	822
6. Regras de prova independentes da verdade	825
7. Conclusão.....	829
Bibliografia	830

Capítulo XXXVII

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E O INSTITUTO

DA PRECLUSÃO: A SUPPRESSIO PROCESSUAL	833
--	------------

Talita Romeu

1. Introdução	833
2. O princípio da boa-fé objetiva.....	834
3. A vedação ao <i>venire contra factum proprium</i>	837
4. A <i>suppressio</i> (<i>verwirkung</i>) e a <i>surrectio</i> (<i>erwirkung</i>)	842
5. A aplicação do princípio da boa-fé ao processo civil.....	847
6. O princípio da boa-fé, o contraditório e a cooperação entre os sujeitos processuais.....	849
7. A preclusão como técnica para realização do princípio da boa-fé no processo civil	853
8. A <i>suppressio</i> processual	855
9. A <i>suppressio</i> do juízo de admissibilidade do processo	858
10. Conclusão.....	864
11. Bibliografia.....	868